

## ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, **com o objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de agosto/2021, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em agosto/2021, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência agosto/2021 (cujo vencimento se dará em 13 de setembro de 2021), considerando que valores serão transferidos para o pagamento das despesas administrativas, e do pagamento da 8ª parcela do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários – Acordo CADPREV Nº 0096/2021, em função da aprovação da Lei nº 1.160 de 15 de dezembro de 2020 e alteração trazida pela Lei nº 1.167 de 13 de janeiro de 2021, que autoriza o parcelamento de débitos oriundos das contribuições previdenciárias patronais devidas e não repassadas pelo Município de Santa Albertina ao IPRESA, das competências março/2020, abril/2020, maio/2020, junho/2020, julho/2020, agosto/2020, setembro/2020, outubro/2020, novembro/2020, dezembro/2020 e 13º salário/2020 em até 60 (sessenta) parcelas mensais, apresentação dos relatórios ALM, reforçar a necessidade de Certificação CPA-10 dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, e parte do Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva, também ratificar necessidade de implantação de Previdência Complementar e novamente informar sobre a aprovação da Lei nº 1.196 de 13 de julho de 2021, conforme expresso na conclusão do Cálculo Atuarial.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sirlene Branício Latorre, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Taize Gavioli da Silveira Gonçalves, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruzza Poliseli, Osmar Games Martins, Sirlene Branício Latorre, Carlos César de Oliveira e Edson Pinheiro e do **Conselho Fiscal**: Eliana Pereira Chumilhas, Gislaine Fernandes da Silva e Sônia Aparecida Fiorilli. Dando início, observou-se que tivemos uma agenda econômica e política bem movimentada no mês em âmbito nacional, que acabou pesando negativamente nos mercados, onde o Ibovespa acabou recuando 2,48% no acumulado do mês. Nos principais destaques da última semana de agosto, tivemos a divulgação do IPCA de julho, pelo IBGE, que alcançou 0,96% no mês, sendo o maior valor para um mês de julho desde 2002, acumulando alta de aproximadamente 9% em 12 meses, puxado principalmente pela energia elétrica e pelos combustíveis. Seguindo essa linha de inflação acelerada, a divulgação da Ata do COPOM, que reforçou o compromisso em trazer a inflação para o centro da meta em 2022, trabalhando com os juros acima dos patamares neutros. No front político, reforçando as discussões em relação ao quadro fiscal, que segue se mostrando desafiador, digno de espantar os investidores dos ativos de risco, tivemos a PEC dos precatórios. A PEC que trata sobre o parcelamento da dívida mais longa em 10 anos, eleva a tensão dos mercados em relação ao teto do orçamento, que sem o parcelamento não comporta os R\$ 90 bilhões destinados para a causa. Fato que também impossibilita o Auxílio Brasil, gerando volatilidade para os mercados. Durante o mês, o presidente Bolsonaro protocolou o pedido de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes como reação a autorização do ministro em uma operação contra os articuladores dos protestos pró governo. Ainda no STF, as tensões aumentam com o julgamento sobre a validade da lei de autonomia do Banco Central aprovada no começo do ano a partir da análise de uma ação de inconstitucionalidade movida por partidos de oposição. Mesmo com o fechamento negativo no mês, a terceira semana do mês foi bastante

turbulenta para o mercado interno, mas com desfecho positivo, o Ibovespa acumulou alta de 2,22% na semana, voltando ao patamar dos 120.000 pontos, mesmo que não tenha sustentado ao final do período. Alguns pontos em específico colaboraram com esse feito dentro do mês, a divulgação de dados da receita federal e Caged, em âmbito internacional, as falas de Jerome Powell no simpósio de Jackson Hole geram otimismo tal no mercado. Segundo a Receita Federal, a arrecadação de impostos teve alta real de 35% em junho, somando recorde de 171,3 bilhões, segundo a própria receita o valor pode ser explicado em razão do crescimento da economia. O que favorece o quadro fiscal no curtíssimo prazo, entretanto mesmo com benefício fiscal adquirido, o risco crônico em relação ao quadro fiscal se manteve. De acordo com o Caged, as vagas de emprego formal de julho registraram a abertura de 316.580 novas vagas, divulgado na quinta-feira (26) pelo ministério da economia, sendo o 11º mês consecutivo com um resultado líquido positivo. Outro ponto de atenção para o cenário atual é em relação à inflação, durante a semana a divulgação do IPCA-15 veio acima das expectativas, com alta de 0,89%, acumulando alta de 9,3% em 12 meses. As medidas de núcleo (fator que mais se correlaciona com a atividade econômica) também segue acelerando, fazendo com que o tema siga gerando muitas discussões e culminando em volatilidade. Por outro lado, a crise hídrica segue bastante preocupante, e tem potencial de contribuir ainda mais com a inflação. Por fim, os pontos relacionados ao quadro fiscal, inflação acelerada e desgastes políticos, foram os temas mais recorrentes no mês, e que contribuíram negativamente para os mercados.

- **INTERNACIONAL** No mercado internacional, tivemos a inflação como tema mais discutido no mês, principalmente nos Estados Unidos, onde houve a divulgação do índice de preços ao consumidor, que veio abaixo do esperado, e o índice de preço do produtor, que veio acima do esperado, alimentando ainda mais as discussões em relação à inflação e a condução da política monetária. Tivemos ainda, por lá, a divulgação da Ata da reunião do Fed, diante da análise cresce a expectativa de que a redução do programa de estímulos se inicie ainda esse ano. Fato que gera cautela nos investidores que temem que a redução de estímulos se dê em um momento com diminuição no ritmo do crescimento e a variante delta ameaça atrasar o processo de reabertura econômica. As falas de Jerome Powell no simpósio de Jackson Hole apresentaram um tom mais dovish, ou seja, manter uma política monetária expansionista, com juros baixos, elevando o apetite ao risco por parte dos investidores e gerando otimismo no mercado. Powell declarou que a inflação norte americana, apesar de acelerada e persistente, é transitória e que seguirá com os estímulos, elevando juros somente em 2023.
- **MERCADO DE RENDA FIXA E VARIÁVEL (INTERNACIONAL)** No mercado internacional de renda fixa, a volatilidade nos preços manteve-se alta mesmo com o FED prometendo manter o juro próximo de zero, e anunciar que assim deverá permanecer por um tempo suficientemente prolongado enquanto a economia doméstica não se consolidar no terreno do crescimento. Entretanto os dizeres dos membros do FED, apresentaram divergências entre eles, demonstrando que o andamento da política monetária pode estar próximo a trilhar trajetória diferente. O que preocupa ainda é a aceleração da inflação, sendo refletida na alta das Treasuries, em resposta às expectativas dos investidores de que a inflação se desequilibre e se torne uma ameaça direta para a economia americana. No mês, se tratando de renda variável, o DAX avançou 1,87%, Dow Jones 1,50%, EURO Stoxx 50 2,62%, HANG SENG recuou (0,32%), Nasdaq avançou 4,00%, Nikkei 255 2,95% e S&P500 2,90%.
- **ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA (NACIONAL)** A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano continuou no campo positivo e bem expressivo, entretanto saiu de 5,27% para a 5,22%, de acordo com o boletim focus, na última semana do mês, em 2021. Para 2022, a estimativa se manteve em 2,00%. Para 2023 e 2024, as projeções ficaram em 2,50%. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego recuou em agosto, chegando a 14,1% no 2º semestre de 2021, atingindo 14,4 milhões de pessoas. O resultado indica uma queda de 0,6 ponto percentual em relação à taxa de desemprego no semestre anterior (14,7%) e a menor taxa de desemprego no ano, com o aquecimento no mercado de trabalho no período por pandemia. De acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos) “O governo federal enviou ao Congresso Nacional a proposta de um salário mínimo de R\$ 1.169 para 2022. O valor consta no projeto da Lei Orçamentária Anual divulgado

pelo Ministério da Economia na terça-feira (31). O valor é R\$ 69 maior que o salário mínimo atual, de R\$ 1.100, e representa uma alta pouco maior que 6,2% — que é a previsão do Ministério da Economia para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano, feita no mês de julho. Com isso, não está previsto aumento real (acima da inflação). ”

- **SETOR PÚBLICO** A balança comercial de agosto apresentou o maior saldo para o mês desde o início da série histórica, na ordem de US\$ 7,66 bilhões de exportações líquidas. O principal motivo para tal feito, está diretamente relacionado a valorização das commodities no mercado internacional. Como o resultado, a balança comercial acumula US\$ 52,033 bilhões de superávit até o mês de agosto. O resultado é o maior na comparação com os primeiros 8 meses de 2020 e recorde para o período desde o início da série histórica. Em relação a taxa básica de juros, a Selic, teve sua projeção elevada para 8% em 2021. A estimativa ficou em 8% para 2022. Em 2023 e 2024, a projeção foi mantida em 6,50%.
- **INFLAÇÃO** O IPCA, índice oficial de inflação do país, acelerou a 0,87% em agosto, sendo o maior valor desde 2000, puxado principalmente pela alta do preço dos combustíveis. Com isso, no ano, o IPCA chega a 5,67% e 9,68% em 12 meses, muito acima, em ambos, da meta estipulada pelo conselho monetário nacional de 3,75%, podendo chegar ao limite de 5,25%. A gasolina subiu 2,80% e teve o maior impacto individual no índice. Etanol (4,50%), gás veicular (2,06%) e óleo diesel (1,79%) também ficaram mais caros em agosto. 0,24% 0,64% 0,86% 0,89% 1,35% 0,25% 0,86% 0,93% 0,31% 0,83% 0,54% 0,96% 0,87% 0,00% 0,20% 0,40% 0,60% 0,80% 1,00% 1,20% 1,40% 1,60%
- **IPCA - Inflação oficial mês a mês** 5 de 8 O INPC, teve alta de 0,88% em agosto, registrando queda em comparação ao mês anterior, no ano, o índice acumula alta de 5,49% e 10,42% em 12 meses.
- **CÂMBIO E SETOR EXTERNO** O real valorizou 0,77% no mês de agosto, devido principalmente ao otimismo advindo do exterior, em virtude da ainda postura do FED (Banco Central Norte-Americano) em se manter expansionista em relação à política monetária. Normalmente o câmbio já é uma variável delicada, por ter sensibilidade com políticas monetárias de diferentes países, levando para o lado da taxa de juros, instrumento mais comum da política monetária, o spread que o Brasil está abrindo em relação ao resto do mundo, não está sendo o suficiente para levar o Real a uma valorização mais expressiva. O risco Brasil é a principal variável para esse feito, com as derivações relacionadas as tensões políticas, a crise hídrica, a inflação que segue persistente e os impactos nas projeções de retomada da atividade econômica e de geração de emprego e renda. 0,87% 0,89% 0,95% 1,46% 0,27% 0,82% 0,86% 0,38% 0,96% 0,60% 1,02% 0,88% 0,00% 0,20% 0,40% 0,60% 0,80% 1,00% 1,20% 1,40% 1,60%
- **INPC - Inflação mês a mês**
- **BOLETIM RENDA FIXA ANBIMA** O mês de agosto foi marcado pela desvalorização de 0,41% do IMA-Geral, que reflete a carteira de títulos públicos semelhante à que compõe a dívida pública interna brasileira marcada a mercado. De janeiro a agosto, a redução é de 0,37%. Esses desempenhos, tanto no mês e quanto no ano, são resultados das pressões inflacionárias acima do que estava previsto pelo mercado e das incertezas fiscais por parte dos investidores, atingindo com maior força os subíndices IMA-B5+ e IRFM-1+, que reúnem os títulos mais longos da dívida. O IMA-B5+, carteira que reflete os títulos públicos indexados à inflação e de vencimento acima de cinco anos, desvalorizou 2,22% no mês, o que ampliou ainda mais a sua queda neste ano (5,44%). Em direção semelhante, o IRFM1+, subíndice dos títulos pré-fixados acima de um ano de vencimento, recuou 1,11% no mês e acumula perda de 5,18% em 2021. Essas carteiras só não se desvalorizaram ainda mais porque as incertezas internas foram contrabalanceadas pelo cenário externo positivo, proporcionado pelos juros reais extremamente baixos. Os títulos públicos indexados à taxa Selic diária seguem atrativos em virtude do ciclo de aumentos da taxa de juros para controlar a inflação. Um indicativo é a valorização de 0,44% do IMA-S (carteira das LFTs) no mês, a maior performance neste período, e que assegurou o melhor resultado da família IMA em 2021 (2,13%). O IMA-B5, que mostra o comportamento dos títulos de até cinco anos de vencimento e atrelados à inflação, registrou aumento de 0,15%, rendendo 1,47% em 2021. O IRFM-1, que retrata o desempenho dos títulos pré-fixados de até um ano de vencimento, também apresentou variação mensal e anual positiva, 0,36% e 1,37%, respectivamente.
- **PERSPECTIVA** Os mercados brasileiros possivelmente enfrentaram momentos de alta volatilidade durante o mês de setembro, divididos entre as tensões políticas e o risco fiscal

no cenário doméstico, e o clima mais otimista no exterior. Teremos agora que acompanhar as decisões dos Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada, agora com a Câmara e Senado definido. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de agosto/2021** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em agosto de 2021, onde se verificou que a carteira de investimentos está devidamente enquadrada, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010**, expedida pelo Banco Central do Brasil, e suas alterações posteriores. Foi observado que no mês de agosto/2021, mesmo com os esforços com a diversificação da carteira e metodologia de mitigação de riscos, a meta atuarial não foi atingida, sendo que o retorno do mês foi de -0,51% contra 1,34% da meta. O **Relatório foi avaliado e aprovado**, tendo sido considerada a deterioração do quadro fiscal, os desgastes políticos, o grave endividamento e teto de gastos, aliado a preocupação com a inflação e todos os desdobramentos da pandemia no Brasil, os quais seguem sendo os principais motivos para a alta volatilidade no mercado, trazendo também incertezas aos investidores em relação ao avanço da pandemia **Segundo, foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência agosto/2021 (cujo vencimento se dará em 13 de setembro de 2021), e da parcela nº 008 do parcelamento aprovado pela Lei nº 1.160 de 15 de dezembro de 2020 e alteração trazida pela Lei nº 1.167 de 13 de janeiro de 2021**. Avaliando o cenário, ficou decidido por unanimidade que os valores decorrentes do acima descrito serão utilizados para fins de transferência para conta corrente onde são efetuados os pagamentos das despesas administrativas e o restante será mantido na conta corrente para pagamento dos benefícios previdenciários do mês de setembro/2021. Seguindo foi apresentado os **relatórios do ALM**, relativo ao mês de agosto de 2021, onde a aplicação do Estudo ALM fica prejudicada, tendo em vista o cenário desfavorável, onde resgates efetuados para novos investimentos podem ensejar perdas, cujo cenário exige adoção de cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias, uma vez que tomar decisões precipitadas enseja realizar uma perda decorrente da desvalorização dos investimentos sem possibilidades de recuperação na retomada dos mercados. Seguindo, **informou sobre a aprovação da Lei nº 1.196 de 13 de julho de 2021, a qual deu cumprimento ao exposto nas recomendações do Cálculo Atuarial**. Finalizando, foi **reafirmada a necessidade de Certificação CPA-10 dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, e parte do Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva**. Finalmente foi ratificada a **necessidade de implantação da Previdência Complementar, visando atender ao disposto na Emenda Constituição 103/2019**. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 07 de outubro de 2021, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a

participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 08 de setembro de 2021.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Sirlene Branício Latorre: \_\_\_\_\_

**CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Sirlene Branício Latorre: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Edson Pinheiro: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Eliana Pereira Chumilhas: \_\_\_\_\_

Gislaine Fernandes da Silva: \_\_\_\_\_

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Taize Gavioli da Silveira Gonçalves: \_\_\_\_\_